



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS)

**OS ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
OS (DES)CAMINHOS QUE OS LEVARAM ATÉ A EJA**

Carlos Roberto de Oliveira¹
Wagner Roberto do Amaral²

Resumo. O presente estudo teve por objetivo sistematizar e analisar as compreensões dos adolescentes de 15 a 17 anos acerca de seu ingresso e permanência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa exploratória-descritiva, que utilizou como instrumento de coleta de dados questionário semiestruturado e entrevista narrativa autobiográfica. Para a análise dos dados foi empregada a análise do conteúdo. Os resultados apontam que a matrícula na EJA desses adolescentes é multifatorial (econômica, social, violência da escola, social, etc), sendo clara a negligência histórica do Estado na garantia aos direito à educação.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas educacionais; Adolescentes na EJA; violência da escola.

Abstract: This study aimed to systematize and analyze the understandings of adolescents aged 15 to 17 about their entry and permanence in the Youth and Adult Education modality. It was an exploratory-descriptive qualitative study that used a semi-structured questionnaire and an autobiographical narrative interview as data collection instruments. Content analysis was used to analyze the data. The results show that the enrollment of these adolescents in the EJA is multifactorial (economic, social, school violence, social, etc.), a clear historical negligence on the part of the state in guaranteeing the right to education.

Keywords: EJA; Educational policies; International capital; Adolescents in EJA; School violence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar resultados da pesquisa realizada durante o Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social, stricto sensu, a nível de mestrado. A pesquisa surge da inquietação desse pesquisador, observado no seu cotidiano profissional enquanto educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como assistente

¹ Assistente Social e professor na Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura Municipal de Londrina, Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, contato: carloprofessor2015@gmail.com.

² Professor Adjunto da Universidade Estadual de Londrina, no Programa de Pós graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná; pós doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana (México) e em Educação Superior para Póvos Indígenas na Aamérica Latina pela Universidad Nacional Trés de Febrero (Argentina); contato: wramaral@uel.br



pela Prefeitura Municipal de Londrina. O mesmo se inquietava e ainda se inquieta com a naturalização ao encaminhamento para Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente pelas escolas estaduais, dos adolescentes que estavam na idade de 15 anos, principalmente aqueles que eram vistos pelos professores e direção como indisciplinados ou que se encontravam em defasagem idade-série. Uma vez encaminhados para a EJA o olhar se voltava apenas aos matriculados no ensino fundamental II e médio regular³.

A pesquisa foi realizada com adolescentes de 15 a 17 anos, que se matricularam no Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig no ano de 2022 . A referida escola é a única que oferece Ensino Fundamental II e Ensino Médio na modalidade EJA na região sul de Londrina/Paraná. Durante a pesquisa se buscou sistematizar e analisar as compreensões dos adolescentes (de 15 a 17 anos) acerca de seu ingresso e permanência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, refletindo sobre a trajetória dos adolescentes participantes até chegarem na EJA, a partir de seus olhares. Optamos por uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa; se utilizou como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, sendo entrevistados sete adolescentes, quatro do sexo feminino e três sexo masculino. Assim, se buscou deixar os participantes da pesquisa livres a se manifestarem, sendo utilizado um roteiro prévio com perguntas abertas e ao optar por abordagem qualitativa e quantitativa da realidade social, entendeu-se que as mesmas se completam, produzindo mais fidedignidade, aprofundamento, na análise das informações que foram coletadas (MINAYO ,2009).

O debate da presença dos adolescentes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos inicia na década de 1990 e se acentua a partir dos anos 2000, não havendo consenso até entre os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos⁴, se o lugar dos adolescentes seria nessa modalidade de ensino ou não. Os adolescentes de 15 a 17 anos, em defasagem idade-série⁵, na sua maioria, são produtos do próprio sistema educacional e

³ Utilizamos aqui a palavra regular para reportar à educação destinada para crianças e adolescentes que estão dentro da idade que o Estado considera apropriada para série, muitas vezes utilizada no dia a dia pelos educadores e gestores. A EJA não é irregular; é uma modalidade de ensino regularizada na Lei de Diretrizes e Bases Nacional, inserida no campo do direito subjetivo da educação, conforme a Constituição Federal de 1988, destinada para jovens e adultos que não tiveram acesso na idade considerada pelo Estado apropriada. A expressão Ensino Regular é a denominação encontrada na legislação para designar a oferta nas redes públicas ou sistema de ensino com faixas-etárias estabelecidas como obrigatórias.

⁴ Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos são compostos por representantes governamentais e não governamentais e possuem a função de mobilizar, propor, informar, formar e intervir no âmbito da Política de Educação de Jovens e Adultos. Atualmente são 51 fóruns regionais, 26 fóruns estaduais e 1 no Distrito Federal. Ver mais em: <http://forumeja.org.br/>

⁵ Defasagem idade-série é um indicador calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que indica o percentual de educandos matriculados na Educação básica com atraso de dois anos ou mais em relação à idade esperada para o ano escolar



econômico desigual, são na sua maioria pretos, pardos e mulheres, moradores da periferia e da zona rural. Segundo Ratusniak (2019, p.53), “as questões de raça, gênero e classe social influenciaram fortemente o sistema escolar da Primeira República até a Era Vargas, contudo essas questões ainda estão presentes, influenciando processo de exclusão do adolescente no sistema de ensino brasileiro” (LEITE, 2013). Esse fenômeno social não pode ser ignorado pelos assistentes sociais, pois dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontam que 16% desse grupo etário, no Brasil, estão fora da escola; destes, 52% não completaram o ensino fundamental. Esses dados estão atrelados ao rendimento mensal, pois quanto menor a renda, menos são os anos escolares cursados, somando a esses indicadores a questão de gênero e raça, ou seja, a desigualdade de acesso à educação tem sexo e cor (UNICEF, 2020).

Consulta realizada, por esse pesquisador, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina apontou que a lista de condicionalidades do Programa Bolsa Família do governo federal⁶, referente ao mês de julho de 2023, teve um total de 1.297 crianças e adolescentes; destes, 33,98% tinham a idade de 15 a 17 anos, público que pode estar matriculado na Educação de Jovens e Adultos ou que futuramente serão público-alvo dessa modalidade devido à omissão por parte do Estado. Fundamental aqui ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) apresenta, em todo seu corpo jurídico, a Doutrina de Proteção Integral que reconhece as crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento, exige atenção diferenciada, integral e especializada, devendo ser prioridade absoluta por parte do Estado brasileiro, tendo “como premissa o atendimento de todo o universo das crianças e dos adolescentes” (MILANEZI, 2015, p.30). Esses adolescentes estão sendo negligenciados há muito tempo e no cenário da EJA já equivalem a 20% das matrículas, acabam sendo sujeitos marcados pelo abandono ou pela negação do direito ao acesso à escola. Uma vez encaminhado para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, não possuem a garantia da oferta, pois essa modalidade se encontra constantemente ameaçada principalmente após o grande desmonte de investimento durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022) (SINPRO, 2020). Segundo Sanceverino; Lodi; Laffin (2020, p. 43):

[...] que a juvenilização da EJA é um fenômeno que se tem intensificado ao longo da década e ainda existem “espaços” incompreendidos que revelam a necessidade de se ampliar as investigações sobre o fenômeno a fim de compreender os desafios e visualizar alternativas para o fato de incluir os(as) jovens, com o intuito de que a EJA não seja mais um espaço caracterizado pela inclusão excludente, mas um espaço de legitimação de identidades.

que se encontra a criança ou o adolescente. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/distorcao-idadeSerie/>. Acesso em :09/04/2023

⁶ Maiores informações sobre as condicionalidades do Bolsa Família ver em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/auxilio-brasil/condicionalidades>



Na tentativa de apresentar os pontos abordados durante a pesquisa, num primeiro momento apresentaremos um breve histórico da educação no Brasil e no Paraná, depois daremos sequencia quanto o debate do adolecimento na educação de Jovens e Adultos e a terceira parte apresentaremos os diferentes olhares dos adolescentes participantes da pesquisa quanto sua presença na EJA.

Uma breve abordagem histórica da educação no Brasil e no Paraná

O Brasil entrou no século XXI com taxa de 13,6 % de sua população com mais de 15 anos não sabendo ler e escrever. O Estado brasileiro mantém o discurso de universalidade da educação contudo, historicamente, resumiu suas ações dentro de um grupo etário de 6 até 14 anos, um período entendido pelo mercado como suficiente para qualificar a mão de obra que venha a necessitar. Assim, o público de 15 a 17 anos sempre esteve presente na educação de jovens e adultos, principalmente nas campanhas de alfabetização realizadas por diferentes governos. São adolescentes, em sua maioria, pretos e pardos, que trazem consigo histórias de exclusão intergeracional, que se reproduz dentro e fora do sistema escolar, por diferentes políticas públicas, sendo ainda a escola propagadora da cultura eugênica, racista no seu interior, sem a garantia igualitária dos direitos humanos e atualmente esse grupo etário corresponde a 30% das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (LEITE, 2013). Segundo Ratusniak (2019,p. 225 apud Castel,2008)

[...] a escola republicana não exclui; ela acolhe sem distinção todos os alunos de uma faixa etária, para o bem deles. Porém, se ela não exclui, ela expulsa os que dela não conseguem se integrar. Esses/as não integrados/as são aqueles/as que não apresentam as características necessárias que os configuram como aptos/as para a empregabilidade.

Os adolescentes e adultos que buscam a Educação de Jovens e Adultos, historicamente são tratados tanto pelo Estado, como refugos do sistema educacional, que apresentam alguma anormalidade em relação ao demais que deram sequencia aos estudos dentro do tempo esperado pelo Estado. Essa anormalidade perpassa pelo discurso preconceituoso como sujeitos com baixa capacidade intelectual, falta de vontade, bagunceiros, etc, ainda presente fora e dentro das instituições escolares. Souza e Daniel (2017), ao analisarem as publicações do Jornal Paranaense Gazeta do Povo (1950 a 1951) identificaram que os adolescentes e adultos matriculados na campanha de alfabetização na época eram rotulados como “desajustados e pessoas com inferioridade intelectual”, conforme mostra a citação abaixo:

É fora de dúvida que no ensino das pessoas maiores de 15 ou 20 anos, matriculados na atual campanha, há cuidados especiais que o docente deva



observar, exigidos pelas condições de desajustamento do adulto, e, conseqüentemente, pela sua inferioridade intelectual (Gazeta do Povo, 27 de outubro de 1950 apud SOUZA e DANIEL, 2017, p 576).

A história da educação paranaense está permeada por questões políticas e ideológicas de âmbito nacional e internacional, não se pode descartar as peculiaridades e correlações de forças, presentes nas unidades federativas, principalmente no âmbito dos Estados.

Segundo Ruckstadter e Ruckstadte (2022) a educação no Estado paranaense, principalmente no início do século XX, ocorreu de forma desordenada, atendendo aos interesses políticos locais, estando marcada por excessivas leis e regulamentos, como também aberturas de escolas com foco no ensino primário, ficando o ensino secundário para as escolas privadas, ou seja, ocorreu a manutenção de um sistema dual de ensino que tem sua origem com a formação histórica da educação escolar desde os jesuítas: educação elementar e profissionalizante para pobres e secundária e superior para ricos. Diante disso, é fundamental compreender como foi e como está a Política de Educação Paranaense, em especial aos Jovens, Adultos e Idosos, um Estado que tem entre as particularidades o alinhamento com a história nacional de um país dependente, subalterno aos interesses da classe dominante, agrário exportador⁷.

A partir de meados da década de 1980, ocorre forte alinhamento da política educacional paranaense ao projeto econômico e ideológico do neoliberalismo e nas duas primeiras décadas do século XXI, aumentando o abismo da oferta de educação entre os filhos oriundos da classe subalterna em relação aos da classe burguesa. As duas primeiras décadas do terceiro milênio está marcada como o ápice do empresariamento da educação paranaense e o desmonte da Educação de Jovens e Adultos no estado do Paraná (FARIAS, CHILANTE E AVANZINI, 2021). Pauta essa exigida pelos organismos internacionais, tal como o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tal empresariamento transcende o território paranaense e brasileiro, perpassando por toda a América Latina, como identificou Martins (2019) em sua tese de doutorado.

Os conceitos de produtividade, eficácia e excelência passam a conduzir a gestão pública e a defasagem idade-série torna-se um indicador para avaliação da política educacional, gerando competição entre escolas, entre professores e entre municípios e exclusão dos adolescentes, devido à evasão, abandono e repetência, dados que impactarão no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola e dos municípios (BARRIOS, 2018). A lógica competitiva empresarial, cada vez mais encrostada na administração pública, passou acentuar o processo de exclusão dos adolescentes no ensino

⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/familias-tradicionais-na-politica-ocupam-35-da-assembleia-219w7qc0lvjyjp3hxdbj89xq/> ; <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/30/luta-e-resistencia-a-origem-dos-camponeses-que-doaram-50-toneladas-de-alimento-no-pr>



regular e uma inclusão perversa na EJA dos mesmos, camuflando assim os diferentes fatores (econômico, aprendizagem, gravidez, violência institucional, etc) que interferem no processo de ensino aprendizagem e permanência na escola dos mesmos. Para Ratusniak,(2019,p.142):

[...] é preciso dar visibilidade aos fatores institucionais que provocam a evasão e que tornam sua permanência insustentável. Para tanto, a norma que produz a figura do/a adolescente problemático/a, transgressor/a, desinteressado/a, hipersexualizado/a deve ser suspensa, e em seu lugar, produzir outras figuras para a adolescência. Figuras mais próximas daquelas pessoas que estão conosco nas salas de aula cotidianamente. Existências possíveis dentro de um quadro de ausência de direitos e da condição de inempregabilidade imposta pelo neoliberalismo.

O Paraná é um dos principais Estados conservadores, sendo capaz de eleger bancadas conservadoras significativas, havendo grupos econômicos que controlam as redes de poder paranaense e também famílias que representam diferentes frações burguesas, muitas vezes não fiéis a partidos políticos, mas a projetos pessoais de poder. O mesmo possui territórios conservadores que são “hegemônicos, articulados e estruturados em muitos aspectos que fortalecem o campo conservador” (PAULA, 2021, p.17). O conservadorismo histórico presente nesse Estado, se materializa com o projeto ideológico e econômico do Governador Carlos Roberto Massa.

No final de 2022,o governador Carlos Roberto Massa, lançou o Projeto Parceiro da Escola⁸, que nada mais é do que a entrega de 27 escolas estaduais para as mãos do empresariado, um projeto piloto podendo ser expandido para todas as unidades de ensino de responsabilidade do governo do Estado, porém 94% dos consultados disseram não à privatização, ou seja, 25 escolas⁹ e a expansão das escolas cívico militares que aumentou para 312 unidades escolares para o ano de 2024¹⁰, que visa impor a pauta conservadora, formando corpos dóceis(ROMUALDO DA SILVA,2023) e junto com esse projeto se encontra fechamento de turmas de EJA(CALDAS,2023).

A priorização do uso do fundo público pelo atual governo paranaense, está ligada aos interesses do mercado, focalizando as ações no grupo etário dos 4 aos 17 anos matriculados no ensino regular, visando assim atender os interesses do Capital, formando a mão de obra necessária para o novo processo de produção. Aos adolescentes que se encontram em defasagem idade série, as ações governamentais centram-se na implantação de uma política de aceleração, via programas de correção de fluxo, encaminhamento compulsório para a EJA, priorização dos exames de certificação em massa, como o Exame

⁸ Disponível em : https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files_documento/2022-10/edital_credenciamento_02-2022-peduc.pdf

⁹ Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/governador-ratinho-junior-divulga-edital-de-privatizacao-de-escolas-publicas-no-parana/> .

¹⁰ Ver em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-312-escolas-estaduais-civico-militares-em-2024#:~:text=Paran%C3%A1%20ter%C3%A1%20312%20escolas%20estaduais,2024%20%7C%20A%20g%C3%A2ncia%20Estadual%20de%20Not%C3%ADcias>



Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), evitando assim qualquer questionamento social e econômico presentes na vida desses adolescentes pobres, pretos e pardos, na sua maioria.

Os caminhos e descaminhos dos adolescentes matriculados na educação de jovens do Colégio Estadual Professora Rina Maria de Jesus Francovig

Os participantes da pesquisa residem na região sul de Londrina e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma das regiões de Londrina, com alto índice de pobreza, onde a maioria da população sobrevive com renda de 0 a meio salário mínimo. O Censo de 2010 apontou que viviam nessa região, 71.152 pessoas, dessas 52,41% se declaravam brancas e 47,30% pardas e pretas; haviam 8.958 adolescentes de 15 a 17 anos, destes, 41% se declararam negros e 41% se encontravam fora do ensino médio (LONDRINA, 2014).

A oferta da Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental II e Médio, não atinge todos os territórios presentes no município de Londrina (PR) e, segundo perfil de Londrina (PR) 2022, das 68 escolas estaduais apenas nove ofertam EJA (anos finais e/ou médio) e são 88 escolas municipais que ofertam os anos iniciais e, destas, apenas 36 possuem a EJA Fundamental Fase I (1º ao 5º ano) (LONDRINA,2022). Isso demonstra que há insuficiência da oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais próximas aos territórios onde vivem os adolescentes encaminhados para essa modalidade de ensino, podendo vivenciar situações de risco no trajeto escola-residência. Na região sul de Londrina, o Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig é o único que oferece essa modalidade de ensino, ao qual são encaminhados os adolescentes, tratados como refugos do sistema educacional paranaense. Levantamento realizado junto ao Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig apontou que, no segundo semestre de 2022, havia um total de matriculados nessa modalidade de 58% do sexo masculino e 42% do sexo feminino, não havendo disponibilidade de dados quanto raça/cor. Durante o segundo semestre de 2022, 30% das matrículas da escola eram de adolescentes de 15 a 17 anos, destes, a maioria era do sexo feminino. A escola apresentou no segundo semestre 31% de desistências e, destes, 11% eram adolescentes¹¹.

O Estado considera evasão escolar quando o educando não se matricula no ano seguinte e o abandono, quando esse deixa de frequentar ao longo do ano letivo; ambos fenômenos decorrente a fatores geográficos, culturais, sociais, econômicos e familiares, ou seja, são motivos fomentados por fatores externos e internos à escola, como será apresentado a seguir durante a análise das informações coletadas ao longo da pesquisa.

¹¹ Dados analisados e tabulados pelo pesquisador tendo como base as informações repassadas em PDF pelo Colégio Professora Rina Maria de Jesus Francovig em junho de 2023.



Os relatos dos adolescentes apontaram que a violência institucional, ora de forma direta, expulsando, negando matrícula, violência verbal para com o adolescente, ora por omissão, aceitando *bullying* dentro da escola como um dos fatores que levam os adolescentes para a EJA, conforme ilustram as falas abaixo:

[...] Nem precisou me transferir, já falaram você some daqui, a gente não quer você aqui..(entrevistada 2)

[...] eu era proibida de assistir a aula da ..., nunca eu tinha aula de português, quando era ... [...] fiquei um ano sem aula de português, porque a gente não se dava bem... (entrevistada 2)

[...] daí no sexto começou bullying e tal só dos alunos, mas daí fui levando [...] tal daí continuou até que teve um tempo que tive vontade de parar [...] eu era bastante esquentadinho, já fui expulso duas vezes. (entrevistado 7)

Os relatos mostram uma escola hierarquizada, sem espaço de escuta, de acolhida, de garantia de direitos, onde os educandos novamente vivenciam a violência do Estado, um espaço que deveria ser prazeroso, acolhedor, de proteção, dialógico e popular (NIDELCOFF,1991).

Segundo Viana (2002, p.116-118), a escola é reflexo de uma política educacional histórica nesse país enquanto lugar para “diminuir desvios”, onde se distinguem “os bons e os maus”, moralizadora “através de um olhar disciplinador”, visando à preparação de indivíduos “para cumprir determinado papel na sociedade na divisão social do trabalho”. Há um olhar segregatório do direito humano que vem desde a colonização e se manteve ao longo de toda a República, mesmo nos momentos de democracia. A violência escolar, segundo Viana (2002, p.115), é “uma forma específica de violência, gerada pela instituição escolar”, sendo a “escola que a gera de forma específica”, realizada por aqueles que detêm o poder e também pelos que estão submetidos a esse poder. Para o autor, no primeiro caso temos a violência institucional e, no segundo, a violência contestadora “realizada pelas vítimas da violência original”. A violência contestadora é identificada na fala a seguir:

[...] ela me xingou de cachorra lá, aí xinguei ela também e aí deu polícia e tudo e daí taquei a mesa nela, aí deu uma briga feia... (entrevistada 2)

A violência contestadora é, ao mesmo tempo, produto institucional e recusa dessa, uma manifestação antidisciplinar e anticultural, no sentido de negar a cultura dominante e ressaltar a sua singularidade enquanto sujeito de direito (VIANA,2002).

Os discursos denunciam clara violação dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma, no seu artigo 70, que é “dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça e violação dos direitos da criança e dos adolescentes”. Há de se ressaltar que o ECA¹² exige que todos os cidadãos, ao se deparar com alguma

¹² Segundo o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8060/90), “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano,



violação de direitos das crianças e adolescentes, devem informar o Conselho Tutelar ou Ministério Público, fato que não se constata no dia a dia profissional como assistente social, e a fala dos adolescentes reforçam essa omissão, quando a violência é institucional (BRASIL,1990). Para Brunel (2014, p.119-120), a interrupção dos estudos desses adolescentes, jovens, adultos também está relacionada às “desigualdades sociais ou a problemas econômicos”, conforme mostram os relatos abaixo:

[...] eu parei de estudar eu que tinha 12 ou treze não sei, porque passei a frequentar a casa de uma tia minha e ela morava lá em Cambé, daí eu ficava lá com ela e meu vô também teve AVC duas vezes, daí parei de estudar por conta disso. Daí eu voltei mas voltei à noite. (entrevistada 1)

[...] questão como minha mãe e meu pai trabalhavam bastante eu tive que cuidar do meu irmãozinho, cuidar dele e trabalhar. (entrevistada 4)

[...] na verdade parei com 16 anos, fiquei dois anos sem estudar... [...] foi questão do trabalho... (entrevistada 4)

Os adolescentes que vão para a Educação de Jovens e Adultos, na sua maioria, desde muito cedo conciliam jornadas de trabalho com períodos interrompidos de escolarização, têm classe social definida, que também perpassa pela raça e gênero (RATUSNIAK, 201); uma vez na EJA é como se as causas que levam à exclusão, deixassem de existir para o Estado, como se as questões sociais e econômicas deixassem de interferir na permanência na escola. Eles chegam à EJA desmotivados, conservam o medo de fracassar novamente, sentem vergonha de estudar entre os alunos de 11 a 14 anos, no Ensino Fundamental II e outros passam a desacreditar em sua própria capacidade de aprendizagem e se veem mais distante do mercado de trabalho formal, que é excludente e seletivo. Os motivos que os levam a retomar seus estudos, mesmo havendo um público com maioria de jovens (18 a 29 anos), adultos e idosos são: a inserção no mercado de trabalho, recuperar o tempo perdido, entendem que na EJA conseguirão o diploma de forma mais rápida. A não identificação com o público que estuda durante o período diurno e vespertino, no ensino regular, também foi um dos motivos em aceitarem a EJA. Para os entrevistados, os adolescentes que estudam durante o período matutino e vespertino são muito “crianças”, como demonstram as falas a seguir:

[...] do período normal, do normal é tudo muito criança, muito infantil ... eu não tenho paciência com criança, se estudo no período normal e uma criança da minha idade, vem querer fazer graça, aquelas brincadeiras, eu não tenho paciência, já meto uma cadeira na cabeça [...] aqui é melhor que no período normal. (entrevistada 3)

[...] de noite acho que é até melhor, pelo jeito que os professores explica e como estou fazendo EJA, há eliminação de matéria, então eles explicam bem certinho ali, eles ajudam... acho que tou muito grande para ficar no meio.... eu prefiro EJA de qualquer maneira. (entrevistado 6)



[...] É bem melhor estudar com gente mais velha do que com gente mais nova. Com gente mais velha a gente aprende muita coisa, porque a gente fica junto. [...] à noite é mais gostoso de estudar (entrevista 2)

Pesquisa realizada por Centurion e Gomes (2015) comprova os relatos acima dos adolescentes, que se sentem muito melhor acolhido e pertencente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que no ensino regular. Para os mesmos, os educadores que atuam na EJA utilizam menos estereótipos e rotulações e desejam passar pela escola o mais rápido, e reproduzem, discurso presente na comunidade escolar e pelos dirigentes educacionais, de que essa modalidade é espaço para suprir o “tempo perdido”. A busca pela certificação rápida, para atender as exigências imposta pelo mercado, estão presentes nos discursos abaixo:

[...] Vim para a noite para recuperar os anos, estudando. (entrevistado 5)

[...] a gente já veio para o EJA para terminar rápido.[...] porque hoje em dia você não arruma serviço se não tiver estudo completo, até para ser faxineira, está pedindo estudo. (entrevistada 2)

[...] eu estou precisando arrumar um serviço, porque ficar de bico em bico uma hora as vezes não dá certo né ..(entrevistado 6)

[...] não querer trabalhar servente o resto da vida, tal pensei então ter um futuro melhor. (entrevistado 7)

[...] porque para gente da nossa idade, já está na hora de arrumar um serviço e tal e estudar à noite já ajuda bastante. (entrevistada 3)

Esse olhar negativo com a escola, a percepção como um mal necessário, além da questão da violência institucional relatada anteriormente, influencia a ausência de sentido do que é ensinado e a realidade vivida por esses sujeitos não cabe mais currículos que não liga o conhecimento com o real vivido pelos mesmos. Ainda encontramos em muitas unidades escolares, um conjunto de práticas conservadoras, de tradição funcionalistas, não dialética, de caráter ritualizado e homogeneizador, de negação das individualidades. Os adolescentes também clamam por uma escola que tenha sentido conforme ilustra as falas abaixo:

[...] deveriam dar coisas diversas [...] só passa a mesma coisa. (entrevistada 2)

[...] não passam matéria para chamar a atenção da pessoa, tinham que passar uma matéria tipo diferente para que puxar a pessoa para estudar, fazê-la querer pegar o gosto pela matéria, sempre é a mesma coisa, enjoa. (entrevistado 5)

[...] uma escola que dá bastante curso, que você saia de lá trabalhando [...] tem escola que é interessante. (entrevistada 1)

Os adolescentes esperam que a escola seja mais interessante, humana flexível, que possibilite a formação para o mercado de trabalho, por meio de cursos, uma escola mais igualitária, sem discriminação, sem diferenças, que possibilite a continuidade dos seus estudos o mais próximo do lugar onde moram e desejam estarem incluídos na sociedade de consumo.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado negligente se faz presente ao longo da história da política educacional brasileira. O mesmo se vale de um movimento de exclusão, mascarado de inclusão uma vez que encaminha compulsoriamente os adolescentes de 15 a 17 anos para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sem garantir a permanência, a oferta contínua, o acesso aos conhecimentos para esse grupo, tratados como refugos do sistema educacional, onde as leis que deveriam garantir a proteção integral aos mesmos, como Estatuto da Criança e do Adolescente, aparentam não ter validade para esses adolescentes, de 15 a 17 anos, em defasagem idade-série.

As entrevistas apontaram que muitos dos adolescentes que foram para EJA deixaram novamente de estudar, pelos mesmos motivos que haviam abandonados, quando se encontravam estudando no ensino regular, ou seja, a necessidade de trabalhar para sobreviver.

Uma vez matriculados na EJA, esses adolescentes e terem concluídos o Ensino Fundamental ficam sem estudar, pois não há nenhuma proposta de continuidade por parte do Estado, que venha atender suas singularidade e desejos, uma que não se identificam mais com o ensino regular, devido à idade e o tempo que levarão para concluir o Ensino Médio. Muitos desses adolescentes, ficam fora da escola até completarem 18 anos, para então cursar o ensino médio dentro da modalidade EJA e outros abandonam definitivamente a escola. Além disso, a pesquisa também apontou que o estado do Paraná, nos últimos anos, fechou turmas de EJA no formato presencial.

Seus discursos, diferentes trajetórias e vivências escolares, cujas causas do abandono escolar, no ensino regular, perpassam por questões familiares, insuficiência de serviços públicos de apoio às famílias, e também pela necessidade de trabalho e pela violência da escola. Os relatos também apontaram para abuso de poder, violência institucional, omissão por parte do Estado diante de outras desproteções, como necessidade de trabalhar ou cuidar dos irmãos, omissão da escola diante de *bullying* sofrido, como causas do abandono escolar no ensino regular.

A universalização garantida pelos marcos legais como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a doutrina de proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente não está sendo cumprida, ficando esses adolescentes num limbo, como se seus direitos constitucionais fossem suspensos na prática e uma vez na Educação de Jovens e adultos aumenta a invisibilidade desse grupo etário. Diante disso, se faz necessário o olhar crítico de todos os profissionais da educação e das demais políticas sociais, para que não reforcem, essas ações perversas, mascarada de inclusão e executada pelo Estado Neoliberal.



4 REFERÊNCIAS

BARRIOS, Juliana Bicalho de Carvalho. **O abandono do ensino médio regular pelos estudantes e a juvenilização da EJA: uma teia de relações**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/7-2018?download=29:barrios-juliana.pdf>. Acesso em 27/05/2023

BRASIL. **Lei nº 8 069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 25/01/2023.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. p.144.

CALDAS, Ana Carolina. **Governo do Paraná fecha escolas de EJA, do Campo e dificulta acesso à educação**. Jornal Brasil de Fato, 07 dez. 2023, Curitiba, Pr. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/07/governo-do-pr-fecha-escolas-eja-do-campo-e-dificulta-acesso-a-educacao>. Acesso em 18/01/2023

GOMES, S. da R.; CENTURION, D. O adolecer da EJA: a inserção dos adolescentes que fracassam no ensino regular. **Ensino em Re-Vista**, [S.l.], v.22.n.2, p.363-376, 2026. DOI:10.14393/ER-v22n2a2015-8. Disponível em: <https://ser.ufu.br/index.php/em>

FARIAS, Adriana Medeiros; CHILANTE, Edinéia Navarro; AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PARANÁ: DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E ESTADUAIS AO ALINHAMENTO À BNCC. **e-Mosaicos**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 324-338, set. 2021. ISSN 2316-9303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/58204>. doi:<https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2021.58204>. Acesso em: 18/12/2022.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito para Educação Básica para Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://1library.org/document/yrk5xj7z-direito-educacao-basica-adultos-modalidade-brasil-resgate-historico.html>. Acesso em 13/12/2022

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretária Municipal de Assistência Social: **Caracterização da Juventude Londrinense**. Londrina, maio/2014. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/diretoria-de-gestao-do-sistema-municipal-de-assistencia-social/gerencia-de-gestao-de-informacao/publicacoes-1/22009-caracterizacao-juventude/file> Acesso em: 27/08/2023.

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretaria Municipal de Londrina: **Diagnóstico Socioterritorial 2022**. Londrina, 2022. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/menu-oculto-assistencia/organograma-assistencia> Acesso: 27/08/2023

MARTINS, E. M. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais pro educação**. 2019. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/11/tese-erikamm-final.pdf>. Acesso em: 27/01/2023

MILANEZI, Fabricia Maria. **Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes e as políticas públicas no Brasil: de Fernando Henrique a Lula**. 2015. 527f. Tese (doutorado) - Universidade de Salamanca, Campus de Excelência Internacional, Programa de Doutorado



Passado e Presente dos Direitos Humanos, Salamanca, Espanha, 2015. Disponível em: <https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/128228>. Acesso em : 22/04/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZNETO, Otávio; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Disponível em: <https://www.mobilizadoces.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>. Acesso em: 7 /12/2022.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VIANA, Nildo. **Violência e Escola**. in: VIEIRA, Renato e VIANA, Nildo. Educação Cultura e Sociedade: Abordagens Críticas da Escola. Goiânia: Edições Germinal, 2002. Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Viana,%20Nildo/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Cultura%20e%20Sociedade%20-%20abordagens%20criticas%20da%20escola.pdf>. Acesso em 18/01/2024

PAULA, Rafael Freire de. Processos de formação e reprodução de territórios conservadores de poder no tempo e no espaço: o caso do Paraná. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77581> . Acesso em: 21/02/23

RATUSNIAK,, Célia. **Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar** : gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias.. 271 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/64371> Acesso em:18/01/2023

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961. **Rev. Diálogo Edu**. Curitiba, n.73, abr./jun., 2022. (p. 624-648). Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28946>. Acesso em: 22/12/2022

SANCEVERINO, A. R.; LÓDI, E. D.; LAFFIN, M. H. L. F. As pesquisas em educação de pessoas jovens e adultas: o fenômeno juvenalização. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 16, n. 42, p. 21-47, 2020. DOI: 10.224 81 /praxisedu.v16i42.7334. Disponível em:

SINPRO. **Governo reduz investimento na EJA e deixa a modalidade com os dias contados**. Reportagem da Jornalista Maria Carla, 15 jan.2020. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/governo-reduz-investimento-na-eja-e-deixa-modalidade-com-os-dias-contados/>. Acesso em: 07/01/2022

ROMUALDO DA SILVA, J. **Pedagogia do quartel**: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. Retratos da Escola, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 83–101, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1662. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1662>. Acesso em: 18/01/2024.

SOUZA, C. W.de; DANIEL, L. S. **A Campanha de educação de adolescentes e adultos na década de 50**: análise de artigos em jornal diário. In: XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE) e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/Cátedra UNESCO), 2017, Curitiba. XIII Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2017.



UNICEF - **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil** - Um alerta sobre os impactos da pandemia da covid-19 na Educação. Nova Iorque, EUA, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em 25 out. 2022